



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA

**O LÚDICO COMO POTENCIALIZADOR ACERCA DO DEBATE DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

DAYANA KAROLINA FERREIRA BARBOSA
EMILLY LOUISE DA SILVA CONCEIÇÃO

Maceió
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDU
PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA

**O LÚDICO COMO POTENCIALIZADOR ACERCA DO DEBATE DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

DAYANA KAROLINA FERREIRA BARBOSA
EMILLY LOUISE DA SILVA CONCEIÇÃO

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador/a: Profa. Dra. Luíza Cristina Silva Silva

Maceió
2024

Emilly Louise da Silva Conceição
Dayana Karolina Ferreira Barbosa

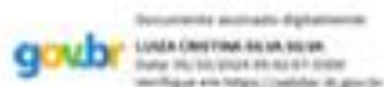
O LÚDICO COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 03/10/2024.

Orientadora: Profa. Dra. Luiza Cristina Silva Silva(CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora



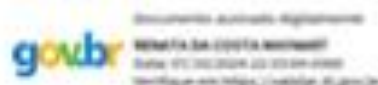
Profa. Dra. Luiza Cristina Silva Silva((CEDU/UFAL)

Presidente



Prof. Dr. Ivanildo Gomes dos Santos (CEDU/UFAL)

2º. Membro



Profa. Dra. Renata da Costa Maynard (CEDU/UFAL)

3º. Membro

O LÚDICO COMO POTENCIALIZADOR ACERCA DO DEBATE DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dayana Karolina Ferreira BARBOSA
E-mail: dayana.barbosa@cedu.ufal.br

Emilly Louise da Silva CONCEIÇÃO
E-mail: emilly.conceicao@cedu.ufal.br

Luíza Cristina Silva SILVA
E-mail: luiza.silva@cedu.ufal.br

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo investigar de que forma a ludicidade pode possibilitar a inserção de questões étnico-raciais na educação infantil de forma significativa na estimulação das reflexões sobre questões raciais, e no fomento da diversidade nas creches e pré-escolas. Para isso, o trabalho parte de uma revisão bibliográfica com o objetivo de investigar a ludicidade e as relações raciais na educação infantil. Esta análise dialoga com autores como Kishimoto (1998), Luckesi (1988), Gomes (2001), além de materiais produzidos pelo Ministério da Educação, entre outros suportes teóricos que contribuíram para o desenvolvimento deste artigo. O estudo busca responder à questão: como o lúdico pode potencializar o debate acerca das relações étnico-raciais na educação infantil, visando promover uma educação inclusiva e antirracista desde os primeiros anos de vida das crianças? Assim, argumentamos neste trabalho que as atividades lúdicas, tais como jogos e brincadeiras, podem ser construídas para incluir histórias e situações que reflitam diferentes culturas e identidades étnicas, permitindo que as crianças compreendam e apreciem a diversidade.

Palavras-chaves: Relações Étnico-raciais; lúdico; educação infantil.

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, as crianças eram frequentemente tratadas como “pequenos adultos”, assim como destaca Ariés (1981, p. 51), “... no mundo das fórmulas românticas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido”, já que a infância era vista majoritariamente como uma fase de preparação para a vida adulta. Para as crianças negras e escravizadas, a realidade era ainda mais difícil, marcada pela violência, animalização e trabalhos forçados.

Um dos direitos negados às crianças escravizadas era o acesso à educação formal. Aquelas que conseguiam sobreviver às condições precárias às quais eram submetidas ainda pequenas, eram destinadas a realizar tarefas domésticas ou trabalhos nos campos. De acordo com Wlamyra Albuquerque (2006, p.15), essa forma de escravidão era conhecida como escravidão doméstica, que consistia em aprisionar alguém para utilizar sua força de trabalho no espaço doméstico.

Esse cenário começa a mudar com a abolição da escravidão em 1888. Entretanto, as condições sociais e econômicas dos negros no Brasil continuaram a ser desfavoráveis. O acesso à educação formal permaneceu limitado devido à persistente discriminação e à ausência de políticas públicas eficazes. Nos dias de hoje, embora tenham ocorrido pequenos avanços em relação aos direitos civis e à promoção da igualdade racial, a falta de representatividade no ensino sobre a temática étnico-racial ainda é uma realidade. Currículos escolares continuam a negligenciar a história e a cultura afro-brasileira, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos.

A falta de conscientização sobre a importância da educação antirracista e da valorização da diversidade étnico-racial contribui para a manutenção de um sistema educacional que reproduz desigualdades e perpetua injustiças sociais. A escola como ambiente transformador tem como objetivo aprimorar e desenvolver os conhecimentos prévios dos educandos, visando criar um ambiente pensado para a promoção do desenvolvimento social da criança.

Segundo o artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal (1988), “É dever da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Assim, é fundamental garantir o direito à participação de todos na sociedade, especialmente em atividades voltadas para a educação, cultura e esporte, promovendo a dignidade de cada indivíduo. No entanto, o ensino aplicado nas instituições escolares ainda reflete uma abordagem predominantemente eurocêntrica, privilegiando narrativas históricas e culturais eurocentradas em detrimento da diversidade étnico-racial do Brasil. Os livros didáticos frequentemente omitem ou distorcem a verdadeira história dos povos africanos e afro-brasileiros. De acordo com Gomes, 2001, p. 86:

As práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças.

Nesse contexto, é fundamental destacar as leis vigentes que buscam promover a educação étnico-racial no Brasil. A Lei 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, como parte integrante do currículo oficial da rede de ensino. Além disso, a Lei 11.645/08 estende essa obrigatoriedade para o ensino da história e cultura indígena, reconhecendo a importância dos povos originários na formação da sociedade brasileira.

Apesar dos avanços, ainda é possível notar lacunas na efetiva implementação dessas leis. Gomes (2011) pontua que os ativistas do Movimento Negro reconhecem que a educação não é a solução para todos os males, mas que esta ocupa lugar importante nos processos de produção de conhecimento e no combate ao racismo. É importante ressaltar que o Brasil é um país profundamente influenciado pela cultura africana, que desempenhou um papel fundamental em diversos aspectos da nossa identidade nacional. De acordo com Munanga (1996, p. 225):

A busca da identidade, no nosso caso no Brasil, apesar da importância, não é uma coisa fácil; é problemática. Essa identidade passa pela cor da pele, pela cultura, ou pela produção cultural do negro, passa pela contribuição histórica do negro na sociedade brasileira, na construção da economia do país com seu sangue; passa pela recuperação de sua história africana, de sua visão do mundo, de sua religião. Mas isso não quer dizer que para eu me sentir negro assumido eu precise necessariamente frequentar o candomblé; não quer dizer que eu precise escutar o samba ou outro tipo de música dita

negra. (...) A questão fundamental é simplesmente esse processo de tomada de consciência da nossa contribuição, do valor dessa cultura, da nossa visão do mundo, do nosso “ser” como seres humanos; e valorizar isso, utilizar isso como arma de luta para uma mobilização; isso é que é importante.

A herança cultural deixada pelos povos africanos está presente em nossa música, dança, culinária, religião, artes e muitos outros aspectos da vida cotidiana. Contudo, pensar na inclusão desta temática na educação infantil parece desafiador; como trabalhar questões complexas com crianças pequenas? Quais práticas pedagógicas podem ser formuladas para a inserção dessa temática na Educação Infantil? Visando a resolução das questões apresentadas acima, investigamos a ludicidade como ferramenta para a apropriação pelas crianças acerca das relações étnico-raciais na Educação Infantil, através de estratégias lúdicas, como jogos e brincadeiras. A proposta foi pesquisar trabalhos que integram elementos da cultura afro-brasileira, africana e indígena nas atividades cotidianas, como músicas, danças, contos e artesanatos. Para fomentar a ludicidade e valorizar a diversidade cultural, podemos introduzir uma variedade de atividades. Podem ser introduzidas brincadeiras populares e jogos que exploram diferentes culturas, além de oficinas de artesanato, onde as crianças poderão se envolver em propostas de pintura e desenho com temas culturais. As oficinas de dança e música permitirão que elas aprendam sobre danças e canções típicas, enriquecendo sua compreensão cultural de forma divertida. A contação de histórias com livros de literatura infantil, junto ao teatro e dramatização, proporcionará momentos de encenação de contos, utilizando livros que abordam mitos e lendas. Isso incentivará as crianças a criarem suas próprias narrativas. Atividades sensoriais explorando aromas, sabores e texturas de pratos e materiais típicos, proporcionando uma experiência enriquecedora e multissensorial. A interação com a comunidade será um aspecto fundamental, com os professores convidando representantes culturais para compartilhar seus conhecimentos. Além disso, promover rodas de conversa onde as crianças poderão expressar suas impressões e reflexões sobre as experiências vivenciadas. Dessa forma, buscamos criar um ambiente rico em aprendizado e troca cultural.

Acreditamos que, além de enriquecer o repertório cultural das crianças, isso também promove o reconhecimento e a valorização da contribuição desses grupos para a formação da identidade nacional.

2 CONSTRUTO DA PESQUISA

O interesse por este estudo surgiu quando optamos por fazer o trabalho de conclusão de curso em conjunto. Partimos de um objetivo comum, pois ambas trabalhamos na área da educação infantil e compartilhamos um interesse mútuo nesse campo. Ao discutirmos a escolha geral do tema, juntamos assuntos que são pertinentes para nós, chegando assim à escolha final que nos levou a falar sobre o lúdico no processo de reflexão e utilização acerca das questões étnico-raciais dentro do segmento da educação infantil.

Com ênfase no lúdico, acreditamos que uma aprendizagem envolvente e descontraída é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, buscamos entender o lúdico como um recurso didático valioso no ambiente escolar, com o propósito de tornar o espaço de aprendizagem mais atraente e de enriquecer o processo de desenvolvimento e aprendizagem, tornando as experiências educacionais mais dinâmicas e eficazes. Segundo Cruz (2009, p.2), “é por meio dos diferentes tipos de atividades que os alunos terão a oportunidade de explorar situações, sejam elas reais ou imaginárias, que possibilitam a assimilação e fixação do conhecimento”. E foi através da ludicidade que encontramos um meio para alcançar aquilo que buscamos apresentar aqui.

Quanto a mim, Dayana, escolhi trabalhar e pesquisar uma temática voltada para as questões étnico-raciais, pois pensar nessa temática tão importante me faz recordar minhas experiências como pessoa e estudante, nas quais passei por situações racistas. Assim, em conjunto, compreendemos que as discussões sobre as questões étnico-raciais são valiosas e importantes na educação infantil.

Foi durante nossa trajetória acadêmica que pudemos vivenciar diversas experiências que nos permitiram refletir sobre a importância do lúdico no ambiente educacional. Pensar o lúdico, a fim de gerar uma educação mais dinâmica, envolvente e eficaz, nos levou a escolhê-lo como proposta para abordar dentro deste projeto de pesquisa. Acreditamos que, através de um processo que desperte interesse e engajamento para a participação ativa dos educandos, possamos chegar a uma educação significativa. Ao unir nossas ideias sobre abordagens lúdicas no ensino da temática étnico-racial, buscamos criar possibilidades de forma eficiente, mas também promover valores de respeito, diversidade e inclusão desde os primeiros anos de vida

das crianças. O estudo da temática sobre diversidade étnico-racial tem grande relevância nos processos de ensino para o reconhecimento das identidades e valores.

Esse reconhecimento, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 12), é:

a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. Implica criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, menosprezados em virtude de seus antepassados terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra.

Durante muitos anos, os currículos escolares negligenciaram a história e a cultura afro-brasileira, sendo objeto de pesquisa apenas por parte de pessoas pretas e pardas a fim de conhecer suas histórias e origens. Deste modo, estudar e pesquisar a cultura afro-brasileira é indispensável para todos aqueles que estão inseridos na sociedade. Conhecer e se apropriar das questões afro brasileiras nos oportuniza reconhecer e adquirir conhecimento sobre a diversidade das contribuições dessas comunidades para a formação da sociedade brasileira, além de promover justiça social e um combate efetivo ao racismo estrutural que perdura por anos dentro de nossa sociedade.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Através de uma pesquisa de revisão bibliográfica em textos, dissertações e documentos existentes em sites de pesquisa acadêmica, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), CAPES e Google Acadêmico, buscamos localizar artigos, teses, dissertações e outras publicações importantes para a construção do nosso artigo. Iniciamos nosso trajeto de pesquisa em busca dos textos a serem selecionados.

Para a seleção dos textos, empregamos os seguintes descritores de pesquisa: Lúdico, étnico-racial, educação infantil; lúdico, educação antirracista, educação

infantil; lúdico, afro-brasileira, educação infantil. Utilizamos os mesmos descritores para garantir uma pesquisa homogênea, encontramos o total de 14 artigos nos sites pesquisados, a escolha desses artigos foi orientada pelo seu alinhamento com os objetivos da pesquisa e a relevância para embasamento teórico. Iniciamos com a leitura dos resumos para a seleção dos artigos que utilizamos, ao fazermos a leitura dos resumos descartamos aqueles que não condizem com o que desejávamos. Ao procurarmos artigos para serem utilizados, encontramos uma certa dificuldade para achar títulos adequados nos dois primeiros sites, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e CAPES, os mesmos apresentavam uma baixa frequência de títulos que tivessem como foco o tema selecionado, essa falta de pesquisas que abordem esses temas, em sites como o BDTD e CAPES, podem ocorrer pela inserção recente desses assuntos no campo de pesquisa ou de nicho, como a interseção entre ludicidade, questões étnico-raciais e educação infantil. Entretanto, ao buscarmos no Google Acadêmico, não encontramos muita dificuldade para localizar títulos que pudessem nos ajudar.

Após a seleção de todos os textos relevantes para nossa pesquisa, organizamos o que foi encontrado em três quadros. Nestes quadros, incluímos informações como o título de cada artigo, os nomes dos autores, o ano de publicação ou conclusão, o local onde encontramos o texto e as informações consideradas mais relevantes para nossa investigação.

O primeiro quadro foi construído com base no que pesquisamos no site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No campo de pesquisa, inserimos os descritores, um conjunto por vez. Após a leitura dos resumos dos textos, apenas três foram utilizados.

Quadro 1 - Pesquisas no site Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Autores/ano	Título	Modalidade	Local de pesquisa
Eliene Martins Ferreira, 2013	A construção da memória afro-brasileira na manifestação dos tambores mirins	Dissertação	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).
Gilberto Ferreira da Silva, 1997	Ara ki njò: corpo que está dançando: repercussões educativas de grupos infantis de dança afro-brasileira	Dissertação	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).
Lia Franco Braga, 2019	Performance de corpos brincantes: cultura africana e artes cênicas na educação infantil	Dissertação	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O segundo site que utilizamos para a pesquisa foi o da CAPES. Repetimos os mesmos descritores para a seleção dos textos, e o critério utilizado para a escolha foi baseado nos títulos e na leitura dos resumos das pesquisas. Assim, selecionamos dois trabalhos para nossa investigação.

Quadro 2 - pesquisas no site CAPES

Autores/ano	Título / tema	Modalidade	Local de pesquisa
Ananda da Luz Ferreira e Jaqueline da Luz Ferreira, 2019	Mercedes Baptista na educação infantil: relato de experiência de implementação da Lei n. 10.639/03 na Educação Infantil	Relato de experiência	CAPES

Patrícia Ferraz de Matos e Christian Mulekamwewa, 2023	De pequenino se torce o pepino: eliminar a discriminação desde a infância e a educação infantil	Artigo	CAPES
--	---	--------	-------

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para análise dos dados criamos categorias a partir da leitura dos trabalhos selecionados, sendo elas: a educação da população negra no Brasil; o lúdico no ensino curricular das relações étnico-raciais na educação infantil e o lúdico como ferramenta para a educação das relações étnico-raciais.

Para a seleção dos últimos textos utilizamos o google acadêmico, os descritores foram os mesmos das pesquisas anteriores, no site do google acadêmico selecionamos 7 textos que utilizamos ao decorrer da pesquisa.

Quadro 3 - pesquisas no site Google acadêmico

Autores/ano	Título	Modalidade	Local de pesquisa
Ana Carolina Fernandes Fogaça e Eduardo Rangel Ingrassia, 2022	Práticas lúdicas de valorização das relações étnico-raciais na educação infantil	Artigo	Google acadêmico
Bárbara Rainara Maia Silva, 2017	A construção da identidade étnico-racial em crianças de três anos e a contribuição das experiências lúdicas vivenciadas por elas no contexto da creche	Artigo	Google acadêmico
Clodoaldo Reis Azarias e Elis Maria Teixeira Palma Priotto, 2024	Brincadeira na escola é coisa séria: o professor e o lúdico como ferramenta para a educação antirracista na educação infantil.	Artigo	Google acadêmico
Flávia Carolina da Silva, 2020	Educação das relações étnico-raciais na educação infantil: caminhos necessários para uma educação antirracista	Artigo	Google acadêmico
Lia Braga e Teodora Alves, 2019	O Brincar da Criança Performer com Orixás: experiências artísticas e afro referenciadas	Artigo	Google acadêmico
Maria Aparecida Rodrigues Rocha, Rayane da Cruz Silva e Simone Regina Silva	Relações étnico-raciais e educação infantil: práticas para uma educação inclusiva	Artigo	Google acadêmico

d'Almeida, 2017			
Nara Maria Forte e Diogo Rocha. 2015	Relações étnico-raciais e educação infantil: dizeres de crianças sobre cultura e história africana e afro-brasileira na escola	Dissertação	Google acadêmico

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Essa abordagem sistemática de organizar os textos selecionados tem como objetivo explicitar a seleção e análise do material. O levantamento bibliográfico nos permite identificar o campo de pesquisa e desenvolvimento científico sobre o tema. O quadro tornou-se uma sistematização valiosa para orientar os próximos passos do estudo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

A educação da população negra é marcada por episódios de desigualdade, exclusão, discriminação e subtração de direitos ao longo dos anos. Desde o período da escravidão, a população negra era vista como meros trabalhadores que serviam apenas para trabalhos braçais. Os colonizadores negavam o conhecimento a todos aqueles que foram sequestrados e escravizados.

De acordo com Fonseca e Barros (2016, p. 10), no Brasil, negar a existência de africanos escravizados letrados era uma das estratégias, deliberadas ou ingenuamente utilizadas, para negar sua humanidade, fazendo com que os negros fossem vistos somente como escravos. Acreditava-se que os povos que não possuíam o domínio da escrita eram considerados povos sem história. Desde a época da colonização até os dias atuais, a escrita é vista como um instrumento de dominação, pois aqueles que a possuem são considerados superiores aos outros.

Embora a população negra tenha acesso às políticas públicas existentes, ainda é a que mais sofre com as desigualdades sociais, reflexo de anos de escravidão somados ao predomínio do racismo que ainda persiste na sociedade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a taxa de

analfabetismo entre pessoas pretas ou pardas com 15 anos ou mais era de 7,4%. Esses números revelam uma realidade preocupante, evidenciando as disparidades educacionais existentes no Brasil. A escolarização do negro no Brasil enfrenta uma série de desafios que dificultam sua permanência na escola e a conclusão dos diferentes níveis de ensino.

A escola deveria ser o ambiente ideal para a abordagem das questões raciais e culturais, oferecendo um espaço privilegiado para desmistificar conceitos e preconceitos estabelecidos pela sociedade, sendo um agente de transformação dentro de uma comunidade. Desta forma, a educação é reconhecida como um direito público, e o Estado tem a obrigação de fornecer meios de acesso à educação, ao mesmo tempo em que deve coibir qualquer tipo de violação de direitos que possa resultar em exclusões, carências ou omissões de políticas educacionais.

Apesar dos esforços em prol da universalização do acesso ao ensino, iniciados nos anos 1990, muitas crianças e jovens negros continuam enfrentando dificuldades para permanecer no sistema educacional devido aos processos discriminatórios presentes no ambiente escolar. Com frequência, a escola se torna um ambiente hostil e, por vezes, insuportável para crianças negras, sendo palco de estigmatização, tratamento desigual e punições injustas. Essa realidade contribui significativamente para a queda no rendimento escolar e para a evasão dos estudantes negros. Profissionais da educação frequentemente negam que a falta de reconhecimento racial seja um motivo para a evasão escolar.

Para tentar sanar essas lacunas educacionais, visando à erradicação do preconceito e da desigualdade social, em 2003, entrou em vigor a Lei Federal 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. O ensino desses conteúdos oferece fundamentos relacionados a todas as áreas do conhecimento, procurando direcionar e realizar estratégias educativas pedagógicas para a implementação desses conteúdos que devem ser ministrados em todo o currículo escolar. Na mesma direção, o texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 11) afirma que:

Políticas de reparações voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis

para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

Visto que a escola, ao tratar da caracterização do país e do reconhecimento de sua cultura, frequentemente apresenta uma série de equívocos que disseminam ainda mais discriminação e preconceito, privilegiando uma única forma de cultura, a forma considerada aceitável de ser no mundo, é fundamental investigar os aspectos da história que levaram essas culturas a serem excluídas da sala de aula. A pluralidade cultural inserida no ambiente escolar remete a questões que promovem a socialização e oportunidades entre crianças e professores. No entanto, também traz à tona verdades que muitas vezes são encobertas e excluídas por não serem reconhecidas, proporcionando um maior entendimento por parte das crianças afrodescendentes, que passam a valorizar suas próprias identidades.

4.2 O LÚDICO NO ENSINO CURRICULAR DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Considerando as diferentes camadas socioculturais presentes no entorno da comunidade escolar, que se manifestam ao longo do cotidiano, surgem situações desafiadoras que geram inquietude nos educadores. A escola é o local onde devemos encontrar a diversidade cultural com frequência para garantir uma educação igualitária para todos. Quando o currículo não promove uma educação multicultural, de acordo com Candau (2019, p. 105):

A preocupação com a liberdade, com o diálogo e o dialógico com respeito a realidade e a cultura do educando são marcas claras da pedagogia de Paulo Freire. Sem dúvida, esta corrente educativa oferece elementos fundamentais para a compreensão das relações entre educação e cultura.

A autora defende que cultura e educação devem caminhar juntas para promover o desenvolvimento dos educandos na sociedade. Quando essas duas áreas não estão integradas, ocorre um distanciamento dos educandos em relação à escola e à cultura, especialmente em relação aos conteúdos que não refletem ou valorizam a diversidade étnica, cultural, religiosa e socioeconômica dos estudantes. Isso pode

levar à sensação de alienação e desengajamento por parte deles, que não se veem representados nos assuntos abordados em sala de aula. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.129),

Uma proposta curricular voltada para a cidadania deve preocupar-se necessariamente com as diversidades existentes na sociedade, uma das bases concretas em que se praticam os preceitos éticos. É a ética que norteia e exige de todos, e da escola e educadores em particular, propostas e iniciativas que visem à superação do preconceito e da discriminação.

Para o desenvolvimento de um currículo dinâmico e engajador, é necessário planejar ações que envolvam os educandos com as propostas trabalhadas. Um caminho possível é a utilização do lúdico como ferramenta de ensino. Trabalhar com jogos e brincadeiras facilita a aprendizagem das crianças. Lima e Santos (2015, p.70) salientam a importância da brincadeira para a infância:

[...] A brincadeira é um elemento fundamental para o desenvolvimento e o processo de socialização infantil, já que através dela a criança tem a oportunidade de se expressar, escolher, questionar, experimentar, testar, etc. Portanto, é de suma importância creches e pré-escolas promoverem espaços favoráveis às brincadeiras, possibilitando com isso o desenvolvimento das diferentes linhagens das quais as crianças são portadoras.

Entendemos a importância da brincadeira na infância e como ela contribui para o desenvolvimento, permitindo que as crianças se expressem de diferentes maneiras. Dessa forma, a brincadeira é uma ferramenta indispensável para a educação, pois é através do brincar que se estimula o desenvolvimento intelectual da criança. Os jogos permitem que as crianças aprendam a respeitar regras, discutir, inventar, criar e transformar o mundo em que estão inseridas. Assim, a ludicidade envolve todas as experiências vividas pelas crianças na educação infantil, conforme a utilização de jogos e brincadeiras. Segundo Leon (2011, p. 14), “o lúdico é um mecanismo estratégico de desenvolvimento da aprendizagem, pois propicia o envolvimento do sujeito aprendente e possibilita a apropriação significativa do conhecimento.”

O lúdico é uma das ferramentas que potencializam o desenvolvimento da criança. Luckesi (2005) descreve que: “a principal característica da ludicidade é a plenitude da experiência, isto é, a vivência lúdica de uma atividade exige uma entrega total do ser humano.”

Considerando essa conceituação compreendemos que a ludicidade não é um sinônimo de brincadeira, como comumente é afirmada, mas é através dela que a criança desenvolve a imaginação, o pensamento, a aprendizagem e a reflexão de forma atrativa. Através das atividades lúdicas, as crianças têm a oportunidade de explorar diferentes situações e contextos, o que contribui para a construção de habilidades sociais e cognitivas, além de promover a criatividade e a resolução de problemas. Essas experiências enriquecem o ambiente de aprendizagem e facilitam a integração dos conteúdos curriculares de maneira envolvente e significativa. Conforme Kishimoto (1988, p. 140)

A criança vê no jogo uma identificação com a vida. É sua resposta a realidade que a rodeia. Jogando, ela imita o que observa e aprende sobre ela mesma e sobre o mundo. Fazendo assim, pode expressar as emoções que mostra, se está feliz ou triste. Desse modo, as atividades lúdicas são, geralmente, uma forma de auto expressão.

O envolvimento da criança com a atividade direcionada de maneira prazerosa apresenta aos professores um meio para seu desenvolvimento. Quando uma criança se engaja em atividades lúdicas, ela não apenas se diverte, mas também encontra significado e conexão com o que está fazendo. Segundo Pires (2008, p.03)

Através de atividades lúdicas, como as brincadeiras, os jogos, as cantigas etc..., as crianças aprendem a refletir suas ações e a dos adultos, experimentam situações novas e criam soluções para os desafios do seu cotidiano. Lima (1992) nos diz que o brincar é a forma de atividade humana que tem grande predomínio na infância e sua utilização promove o desenvolvimento dos processos psíquicos, dos movimentos físicos, acarretando o conhecimento do próprio corpo, da linguagem, da socialização e a aprendizagem de conteúdos de áreas específicas.

A profundidade desse envolvimento reside na própria natureza do brincar. Quando uma criança brinca, ela é livre para explorar, experimentar, imaginar e criar em um ambiente seguro e estimulante. Essa liberdade permite que ela desenvolva sua criatividade, autoexpressão e autoconfiança de maneira única e pessoal. Além disso, as atividades lúdicas muitas vezes envolvem a resolução de problemas, a tomada de decisões e as interações sociais, o que estimula o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais essenciais, como afirma Kishimoto (2008)

Para a criança, o brincar é a atividade principal da rotina diária. É importante porque através da brincadeira a criança consegue exercitar a habilidade de “tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens.

Ao enfrentar desafios e superar obstáculos durante o brincar, a criança adquire um senso de competência e realização que contribui para sua autoestima e motivação intrínseca. Por fim, a utilização de atividades lúdicas está atrelada aos interesses e preferências das crianças, aumentando assim sua identificação e engajamento com aquilo que é proposto.

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica; é através dela que as crianças adentram no ambiente escolar. Sendo este um espaço para o desenvolvimento democrático e de justiça social. Desde os primeiros anos de vida, as crianças observam o mundo ao seu redor; é durante o seu desenvolvimento que devemos orientá-las para evitar a disseminação de preconceitos que estão velados em atitudes cotidianas da sociedade. Trabalhar as relações étnico-raciais é fundamental para romper com padrões que perpetuam a discriminação, o preconceito e a desigualdade em nossa sociedade. A educação, vista como um pilar fundamental da sociedade, desempenha um papel crucial na promoção de ações que influenciam positivamente o desenvolvimento das relações entre os grupos sociais. Como afirma Moreira (2007, p.14):

O sistema escolar assim como a nossa sociedade, vai avançando para esse ideal democrático de justiça e igualdade, de garantia dos direitos sociais, culturais humanos para todos. Mas ainda há indagações que exigem respostas e propostas mais firmes para superar tratamentos desiguais, lógicas e culturas excludentes

Sendo assim, é através do desenvolvimento de atividades que apresentam e incluem grupos que, por vezes, são colocados à margem da sociedade, e possibilitam que crianças pretas se reconheçam e se identifiquem com suas heranças étnicas, ao mesmo tempo em que mostram que todos devemos ser respeitados e valorizados, independentemente de nossas características.

Abordar questões étnico-raciais durante a etapa da Educação Infantil é fundamental, mas muitas vezes esses temas não recebem a devida atenção, tais questões são essenciais para promover uma educação inclusiva e combater o racismo desde cedo. No entanto, é comum que tais conteúdos sejam negligenciados nessa fase inicial da educação.

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) está assegurada em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, por meio de legislações brasileiras importantes. Entre elas, destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (alterada pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08) e a Resolução nº 5/2009, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), entre outras legislações estaduais e municipais.

Uma maneira eficaz de concretizar essas normativas legais é por meio de propostas prazerosas, como brincadeiras e jogos, essas atividades são poderosas ferramentas pedagógicas que permitem a abordagem de temas relacionados à diversidade étnico-racial de forma lúdica e acessível para as crianças. A cultura lúdica não se limita apenas a momentos prazerosos, mas também deve levar em consideração uma série de aspectos, incluindo gênero, pertencimento étnico-racial, social, religioso, territorial e outros fatores igualmente relevantes. Ao integrar essas dimensões na cultura lúdica, podemos criar ambientes mais inclusivos, diversificados e significativos para todas as crianças.

Essa etapa inicial da educação é crucial para que elas construam suas percepções e atitudes em relação à diversidade cultural e étnico-racial. Entretanto, apesar do conhecimento acerca da utilização do lúdico no meio educacional, ainda é notório que ainda há dificuldades significativas na inserção dessas práticas na sala de aula. Durante a leitura do texto “Práticas Lúdicas de Valorização das Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil”, escrito por Ana Carolina Fernandes Fogaça e Eduardo Rangel Ingrassia (2022), identificamos algumas questões pertinentes que refletem as dificuldades enfrentadas pelos professores no contexto educacional. As falas das professoras encontradas durante a leitura do texto trazem à tona a importância da educação para a cidadania e inclusão, com foco na conscientização sobre a diversidade e no combate ao preconceito. No entanto, há diferenças significativas em

suas abordagens e ênfases. A partir das falas apresentadas, é possível notar que ainda estamos caminhando para uma mudança significativa em relação à formação docente e à inclusão de disciplinas que abordem tais assuntos na academia, o que se faz necessário para os futuros profissionais. Infelizmente, muitas vezes, essas instituições reproduzem práticas educativas discriminatórias enraizadas no sistema capitalista predominante.

O trabalho dos educadores enfrenta diariamente desafios que exigem abordagens pedagógicas diferenciadas, especialmente considerando que a escola, por vezes, contribui para a exclusão. Contudo, é possível transformar a escola em um espaço de valorização e reconhecimento equitativo de todos os envolvidos. Essa abordagem pode criar um ambiente onde a diversidade é celebrada e todos se sentem acolhidos e respeitados. Outra forma de melhoria é por meio da capacitação dos profissionais inseridos no ambiente escolar, através de formações continuadas, capacitando-os a reconhecer e enfrentar as formas de discriminação e exclusão que podem surgir no ambiente escolar. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, vol. 2 (RCNEI):

Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas. (...) Ao lado dessa atitude geral, podem-se criar situações de aprendizagem em que a questão da diversidade seja tema de conversa ou de trabalho (BRASIL, 1998, p. 41).

Ao expor as crianças à diversidade de maneira positiva e respeitosa, elas desenvolvem posturas de aceitação, tolerância e respeito desde cedo. Isso cria uma base sólida para relacionamentos saudáveis e inclusivos ao longo da vida. Em suma, ao implementar esses princípios, a educação infantil pode desempenhar um papel vital na construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, começando com o desenvolvimento de crianças que valorizam e celebram a diversidade em todas as suas formas.

4.3 O LÚDICO COMO FERRAMENTA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

É fundamental abordar as diferenças raciais em todas as fases da vida, e quanto mais cedo esse diálogo for iniciado, melhor. Ao introduzir esse tema desde cedo na vivência das crianças, podemos ajudar a prevenir a reprodução de atitudes preconceituosas que elas podem encontrar ao longo da vida. Quando refletimos sobre ludicidade, frequentemente imaginamos crianças se divertindo, ambientes coloridos e atividades recreativas, mas afinal, o que é o lúdico?

A ludicidade sempre foi um tema de destaque no cenário educacional devido à sua importância e legado histórico. Ao longo do tempo, essa temática tem estado intrinsecamente ligada à educação, influenciando significativamente as relações de ensino e aprendizagem. Durante muitos anos, o lúdico desempenhou um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

Com o passar dos anos, a compreensão do valor do lúdico na educação foi se aprimorando. Pesquisas e estudos pedagógicos passaram a destacar os inúmeros benefícios do uso de estratégias lúdicas no desenvolvimento cognitivo, emocional, social e motor dos estudantes. A utilização de mecanismos como jogos, brincadeiras e atividades lúdicas no processo educativo tem sido amplamente discutida e valorizada no mundo educacional. Segundo Luckesi, 1998:

A atividade lúdica é aquela que dá plenitude e, por isso, prazer ao ser humano, seja como exercício, seja como jogo simbólico, seja como jogo de regras. Os jogos apresentam múltiplas possibilidades de interação consigo mesmo e com os outros. (LUCKESI, 1998, p. 29).

Essa valorização se deve, em parte, à compreensão de que o brincar não é apenas uma atividade recreativa, mas uma forma natural de aprendizado para os educandos.

Ao longo da história, a ludicidade tem sido presente em diversas culturas, sendo utilizada como meio para a transmissão de valores, conhecimentos e habilidades sociais entre gerações. Entretanto, com o processo de industrialização e urbanização, notou-se uma diminuição do valor do ato de brincar, em favor de uma ênfase excessiva na educação formal. De acordo com Pereira (2015 p.172):

Muitos estudos (BENJAMIN, 2002; BROUGÈRE, 1998; FRIEDMANN, 1996; ORTIZ, 2005; ROCHA, 2005; WAJSKOP, 1997; KISHIMOTO, 1998; 2000;

2003); têm demonstrado o quanto o lúdico ocupa um lugar importante na cultura e no desenvolvimento humano, abrangendo tanto a atividade individual e livre quanto a atividade coletiva e regrada, num movimento progressivo e integrado que contribui para o desenvolvimento das relações sociais e culturais. Esses autores afirmam também a relevante contribuição das atividades lúdicas para o desenvolvimento da criança e a formação humana nos seus múltiplos aspectos: cognitivo, afetivo, social, motor, ético e estético, visto que expressam a forma pela qual uma criança reflete, organiza, constrói e reconstrói o mundo à sua maneira.

Para promover uma educação que faça sentido para a criança, é necessário repensar o ambiente em que os educandos estão inseridos, considerá-los como sujeitos integrais e promover experiências, transformando-a em uma aprendizagem significativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é resultado de um extenso processo de análise e elaboração até chegar ao texto atual. Ela é fundamentalmente concebida como uma base sólida e um alicerce orientador para os profissionais da educação. A BNCC traz em suas competências gerais pontos importantes para o trabalho étnico-racial, como:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018 p. 9;10).

Por fim, as atividades lúdicas na educação surgem como uma maneira eficaz de envolver as crianças de forma ativa, estimulando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais. “É nessas estratégias que quero situar a atividade lúdica como um caminho possível” (Friedmann, 2012 p.45).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas revelam que o uso de ferramentas lúdicas na educação infantil é uma estratégia altamente eficaz para promover a inclusão e a

compreensão das relações étnico-raciais. As crianças compreendem melhor tais questões quando estes são apresentados por meio de experiências reais, brincadeiras e contação de histórias. Essas ferramentas oferecem uma abordagem acessível e envolvente, facilitando tanto o aprendizado das crianças quanto o trabalho dos professores, e criando um ambiente propício para o diálogo e a exploração de questões complexas de maneira adequada à idade das crianças.

Apesar dos importantes avanços no ensino dessas questões, ainda há desafios e lacunas a serem superados. Isso evidencia a necessidade contínua de aprimoramento das práticas pedagógicas e das políticas educacionais para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista desde os primeiros anos de vida.

Desse modo, retomamos o argumento central do trabalho que afirma que as atividades lúdicas, tais como jogos e brincadeiras, podem ser construídas para incluir histórias e situações que reflitam diferentes culturas e identidades étnicas, permitindo que as crianças compreendam e apreciem a diversidade. Portanto, para que a educação antirracista seja efetiva, é crucial integrar as mais diversas culturas de forma contínua e abrangente ao currículo escolar, e não apenas em datas comemorativas ou aulas pontuais.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL / CNE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004

CANDAU, V. M. **Sociedade, educação e culturas**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 65.

CRUZ, Jonierson de A. da. **O lúdico como estratégia didática: investigando uma proposta para o ensino de física**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA – SNEF, 18., 2009 – Vitória, Es. Anais... Vitória, Es. 2009. p. 1-8.

Fonseca, M. V., & Barros, S. A. P. (2016). (Ed.). **A história da educação dos negros no Brasil** Niterói: EDUFF.

Fogaça, Ana Carolina Fernandes, Eduardo Rangel Ingrassia. **práticas lúdicas de valorização das relações étnico-raciais na educação infantil**. 2022. Disponível em: sys.facos.edu.br/ojs/index.php/trajetoria/article/view/640/0.

FRIEDMAN, Adriana. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão** / 1. ed. São Paulo: Moderna, 2012

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: CARVALHEIRO, Eliane (org.) Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001 (p. 86).

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAE –v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

LEON, Adriana D. **Reafirmando o lúdico como estratégia de superação das dificuldades de aprendizagem**. In: In: Revista Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), Anais... SL, vol. 50, nº 56/3, p. 1-15, Out., 2011.

LIMA, Janaina Ferreira; SANTOS, Ana Maria dos. **Educação Infantil e histórias de vida: análise memorialísticas das infâncias**. In: Belo, Rafael Alexandre (Org.). **Educação e formação docente: reflexões e relatos de experiências no sertão alagoano**. Maceió: Edufal, 2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Desenvolvimento dos Estados de Consciência e Ludicidade**. Cadernos de pesquisa, do núcleo de FAGED/UFBA, vol2, n.21, p. 19-30, 1988.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Ludicidade e atividades lúdicas** - uma abordagem a partir da experiência interna. Nov. 2005. Disponível em: <https://luckesi.blogspot.com/2022/09/145-ludicidade-e-atividades-ludicas.html> Acesso em: 29 de outubro de 2024.

MALAQUIAS, Maiane Santos; RIBEIRO, Suely de Souza. **A Importância do Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância**. 2013.

MEC. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: 1998.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura / [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. –Brasília:Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MUNANGA Kabengele. **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação**. São Paulo: EDUSP, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 23 fevereiro de 2024.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida.: **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação** – 11ª ed. São Paulo: Cortez. 2008.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas teorias inclui artigos. [Apresentação]**. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira. Acesso em: 22 abr. 2024., 1998

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998a. p. 01-42.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: pluralidade cultural. Brasília: MEC/SEF, 1998b. p. 115-166.

PIRES, Gisele Brandelero Camargo. Lúdico e Musicalidade na Educação Infantil. Indaial: Ed. ASSELVI, 2008

PEREIRA, R. S. **Ludicidade, infância e educação: uma abordagem histórica e cultural**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 64, p. 170-190, nov. 2015. ISSN 1676-2584. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v15i64.8641935> Acesso em: 09 de abril de 2024.